

Adiada votação do acordo sobre a dívida externa

5-4-91

BRASÍLIA — Depois de dois dias de discussão, a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal adiou para quarta-feira a votação do acordo de renegociação da dívida externa do setor público. O adiamento atende a um pedido de vistas dos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Nelson Wedeckin (PDT-SC) e Moisés Abrahão (PDC-TO).

Segundo Suplicy, além do tempo para a análise das cláusulas do acordo ter sido insuficiente, a equipe econômica não divulgou os critérios usados pelo Governo para projetar a capacidade de pagamento, nem tampouco as projeções para o cronograma do pagamento dos juros e amortização da dívida.

Suplicy destacou ainda o que desconto da dívida será da ordem de 22% a 28%, apesar de os negociadores terem garantido que ele seria de 35%.

Outra preocupação, salientou o senador, é o nível do comprometimento das reservas cambiais que seriam imobilizadas em função das garantias. Das três salvaguardas pedidas terça-feira pelo relator, senador José Fogaça, só uma foi mantida: ela



Senador Suplicy: pedido de vistas

estabelece que, na época da escolha final, em julho de 1993, pelos bancos credores das opções de pagamento, o acordo voltará a ser apreciado pelo Senado.

Sobre o limite de 15% para o refinanciamento da dívida renegociada, Fogaça admitiu ter se enganado, pois os bônus de conversão não implicariam investimentos privados mas apenas uma troca por dívida escritural.